

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.664 - SP (2019/0009556-0)

RELATORA : MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL - PB000000C
AGRAVADO : JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO RANGEL DE PAULA - SP059995

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, em 26/09/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - BACEN - MULTA - AMPLA DEFESA VULNERADA - JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO DESPROVIDO DE FUNDAMENTAÇÃO ATO ADMINISTRATIVO INVÁLIDO - PROCEDÊNCIA AOS EMBARGOS.

1. Como o consagra o ordenamento constitucional, amiúde invocado pela doutrina administrativista, devem as decisões (aqui a se estender o tema às autuações) administrativas ser fundamentadas (inciso X do art. 93, da Lei Maior).

2. A razão para esta mínima conduta estatal, sim, repousa no superior exercício da fundamental ampla defesa, que deve ser assegurada desde a órbita administrativa, nos termos do inc. LV, do art. 5º, CF, de tal arte a, por mínimo, poder conhecer o jurisdicionado destinatário o preciso teor do comando a envolvê-lo, assim o acatando ou contra ele se insurgindo.

3. Sem razão o BACEN ao explanar ausente qualquer mácula a tornar o julgamento administrativo inservível, para a aplicação da multa combatida.

4. Com limpidez extraiu a r. sentença que o gesto administrativo atacado afigura-se desprovido de qualquer motivação acerca do *meritum* discutido robustamente pelo particular, naquela seara, em âmbito recursal.

5. Dessume-se perfeitamente comprometida a ampla defesa do polo apelado, pois sequer discorreu sobre as irresignações tecidas no recurso aquela decisão, unicamente 'mantendo-se por manter' o que já analisado nas esferas anteriores, o que evidentemente não prospera, pois, se assim o fosse, sem sentido a possibilidade de interposição de recursos às instâncias superiores, sendo dever do julgador motivar o porquê está negando provimento à insurgência que lhe posta, assim imprescindível o exame da matéria devolvida pelo recorrente.

6. Denota-se do julgamento administrativo objetiva ausência de motivação sobre o insucesso empreendido pela parte privada, afigurando-se pacífico o entendimento pretoriano atinente à necessidade de que a decisão seja motivada, ainda que de forma sucinta: no caso em cena, nem sucintamente tratou de analisar a quaestio a autoridade administrativa, como se observa. Precedentes.

7. Manifesta-se por si o próprio texto do julgamento administrativo em pauta, padecendo de eiva a imputação do Banco Central desde os primórdios - recordando-se que tal cenário a impor prejuízo à discussão do mérito - logrando o ente autuado desconstituir a constatação apurada, face à flagrante nulidade no procedimento administrativo, a partir daquele julgamento.

8. Improvimento à apelação e à remessa oficial, mantida a r. sentença, tal qual lavrada, inclusive em sede sucumbencial, por consentânea aos contornos do caso vertente e às diretrizes do art. 20, CPC" (fls. 1.153/1.154e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 50, V, §1º, da Lei 9.784/99, sob os seguintes fundamentos: a) "não há que se falar em ausência de motivação da decisão administrativa de segunda instância, como reconhecido pelo acórdão do E. TRF 3ª Região. No acórdão e voto condutor (fls. 782/798) do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, verifica-se que foram expressos e detalhadamente descritos no relatório os termos da acusação, defesa, decisão de primeira instância do Bacen e razões recursais, entendendo-se provada a irregularidade apurada e reconhecida pela decisão de primeira instância" (fl. 1.164e); b) "em momento algum houve impedimento ao exercício da ampla defesa e observância ao devido processo legal, único fato que justificaria a nulificação do processo administrativo levado à efeito, ainda mais considerando a aplicação do princípio do informalismo procedimental" (fl. 1.165e).

Por fim, requer "o conhecimento e provimento do recurso especial ora interposto, a fim de que, seja reconhecida a negativa de vigência à legislação federal relativa à motivação de decisão administrativa e divergência jurisprudencial apontada (III.B), reformando-se, quanto à questão de fundo, o acórdão recorrido" (fl. 1.173e).

Contrarrazões a fls. 1.204/1.219e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 1.221/1.223e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.228/1.235e).

Contraminuta a fls. 1.239/1.244e.

A irresignação não merece prosperar.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"De fato, como o consagra o ordenamento constitucional, amiúde

invocado pela doutrina administrativista, devem as decisões (aqui a se estender o tema às autuações) administrativas ser fundamentadas (inciso X do art. 93, da Lei Maior).

A razão para esta mínima conduta estatal, sim, repousa no superior exercício da fundamental ampla defesa, que deve ser assegurada desde a órbita administrativa, nos termos do inc. LV, do art. 5º, CF, de tal arte a, por mínimo, poder conhecer o jurisdicionado destinatário o preciso teor do comando a envolvê-lo, assim o acatando ou contra ele se insurgindo.

Realmente, sem razão o BACEN ao explanar ausente qualquer mácula a tornar o julgamento administrativo inservível, para a aplicação da multa combatida.

Deveras, com limpidez extraiu a r. sentença que o gesto administrativo atacado afigura-se desprovido de qualquer motivação acerca do *meritum* discutido robustamente pelo particular, naquela seara, em âmbito recursal, fls. 754/761.

Dispôs a autoridade administrativa em seu decisório, fls. 786 :

'Os diretores apenados não conseguiram em grau recursal contornar as imputações que os levaram à multa pecuniária. As operações não violaram os Estatutos do BANESPA. Foram de encontro, contudo, ao art. 34, inciso III, da Lei 4.595/64, fato incontestes'.

Ora, deduz-se perfeitamente comprometida a ampla defesa do polo apelado, pois sequer discorreu sobre as irrisignações tecidas no recurso aquela decisão, unicamente 'mantendo-se por manter' o que já analisado nas esferas anteriores, o que evidentemente não prospera, pois, assim o fosse, sem sentido a possibilidade de interposição de recursos às instâncias superiores, sendo dever do julgador motivar o porquê está negando provimento à insurgência que lhe posta, assim imprescindível o exame da matéria devolvida pelo recorrente.

Em substância de debate, denota-se do julgamento administrativo objetiva ausência de motivação sobre o insucesso empreendido pela parte privada, afigurando-se pacífico o entendimento pretoriano atinente à necessidade de que a decisão seja motivada, ainda que de forma sucinta: no caso em cena, nem sucintamente tratou de analisar a quaestio a autoridade administrativa, como se observa.

(...)

Logo, manifesta-se por si o próprio texto do julgamento administrativo em pauta, padecendo de eiva a imputação do Banco Central desde os primórdios - recordando-se que tal cenário a impor prejuízo à discussão do mérito - logrando o ente autuado desconstituir a constatação apurada, face à flagrante nulidade no procedimento administrativo, a partir daquele julgamento" (fls. 1.149/1.151e).

Desse modo, a modificação das conclusões do Tribunal de origem, no sentido da nulidade do processo administrativo, tendo em vista a ausência de motivação do ato, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTADORA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. NULIDADE. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA AFASTADA, PELO TRIBUNAL A QUO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE RESOLUÇÃO. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL.

I. (...)

VI. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, no sentido da ausência de motivação do ato administrativo impugnado, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VII. (...)

VIII. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 792.207/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/10/2018).

Por fim, em relação à alegada divergência jurisprudencial, também não merece prosperar a irresignação, pois incide o mesmo óbice sumular.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

